

Rede de Pontos de Cultura de Pernambuco: participação popular e experiências de Comunicação Comunitária nas Políticas Públicas

Mariana F. REIS¹

Maria Salett TAUKE SANTOS²

Resumo

O presente trabalho busca aproximações entre as teorias de comunicação e os conceitos de políticas públicas, na perspectiva da participação popular e comunitária. O que se pretende discutir são as iniciativas de comunicação produzidas em contextos populares contemporâneos, especificamente, na Rede de Pontos de Cultura de Pernambuco. O estudo evidenciou, entre outros aspectos, que tais experiências de comunicação revelam um envolvimento dos grupos populares nas políticas públicas culturais, apontando alternativas, especialmente, em localidades com escassez de equipamentos culturais.

Palavras-chave:

Pontos de cultura. Participação. Comunicação.

A ação Pontos de Cultura no contexto das políticas públicas

Criado em 2004 pela Secretaria de Cidadania Cultural do MinC, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva prevê, entre seus objetivos, fomentar uma rede horizontal de “transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que envolva a todos”. Aponta, ainda, para o estímulo de parcerias com organizações governamentais e não-governamentais no sentido de promover o desenvolvimento humano sustentável e prevê o aproveitamento das energias sociais e culturais na dinamização das comunidades para uma cultura cooperativa, solidária e transformadora (BRASIL, 2010).

Além disso, tem como públicos-alvos as juventudes em vulnerabilidade social, as populações de baixa renda em centros urbanos ou pequenos municípios, as comunidades rurais, quilombolas e indígenas e habitantes de regiões relevantes na preservação dos patrimônios histórico, cultural e ambiental (BRASIL, 2010).

¹ Jornalista (UFPE). Doutoranda em Comunicação (UFPE). Mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, na linha de pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação (UFRPE). E-mail: umamarireis@gmail.com

² Jornalista (Unicap). Doutora em Comunicação (USP). Professora do Programa de Pós-graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (UFRPE). E-mail: mstauk@terra.com.br

A princípio, o Programa era formado por cinco ações: Pontos de Cultura, Escola Viva, Ação Griô, Cultura Digital e Agente Cultura Viva, todas vinculadas aos Pontos de Cultura e articuladas por eles. Com o passar dos anos e a evolução do Programa, outros prêmios e ações foram concebidos, sempre atrelados às necessidades e desenvolvimento dos Pontos de Cultura, principal ação do Programa Cultura Viva (BRASIL, 2010).

De modo geral, pode-se dizer que o Ponto de Cultura tem a função de articular a produção cultural local, promovendo o intercâmbio entre linguagens artísticas e expressões simbólicas, além de gerar renda e difundir a cultura digital. Com a articulação e difusão destas produções e iniciativas, os grupos garantem a troca de experiências e do conhecimento acumulado por cada localidade.

O intuito dos Pontos de Cultura está em preservar memórias e histórias, além de estimular ações voltadas para a cultura de raiz e para o fortalecimento das manifestações populares dentro dos seus territórios de origem (FUNDARPE, 2010).

Com a criação do Programa Mais Cultura, em 2007, o Governo Federal passou a descentralizar as políticas públicas de cultura, envolvendo outros ministérios e secretarias, e assinando acordos de cooperação com estados e municípios para incluir a cultura na agenda social do País. Com isso, os Pontos de Cultura também passaram a ter papel central nesse programa, atuando de forma mais específica no desenvolvimento territorial de suas localidades de origem, como veremos adiante.

Interessante destacar que o primeiro Ponto de Cultura a ser conveniado no Brasil, em 2005, foi o *Estação das Artes*, em Arcoverde, no Sertão do Moxotó pernambucano, como se informou na introdução. Hoje, em Pernambuco, com os editais estadualizados de 2008 e 2010, o Sertão passou a contar com o maior número de projetos aprovados, totalizando 39 convênios.

A partir da assinatura do convênio, o ponto de cultura recebe R\$ 180 mil ao longo de três anos para executar um projeto que agregue formação de jovens, ações culturais e inclusão digital em sua comunidade de origem, durante três anos. Além disso, os coletivos culturais agraciados com o selo ponto de cultura podem participar de editais específicos dentro do Programa Mais Cultura, em nível estadual, como o Cine Mais Cultura e o Microprojetos Culturais, além de concorrer a editais em nível federal, como os prêmios Interações Estéticas – Residências Artísticas em Pontos de Cultura, Asas, Tuxáua e a Ação Griô Nacional (REIS; SANTANA, 2010).

Enquanto entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, os grupos também podem concorrer a editais como Agente Escola Viva, Pontinho de Cultura, e prêmios como o Mídias Livres, Prêmio Tuxáua, Cultura e Saúde, entre outros (REIS; SANTANA, 2010).

Hoje, no Brasil, de acordo com dados de abril de 2010, são mais de quatro mil pontos de cultura conveniados em cerca de 1120 municípios. Esse número se refere a convênios efetivados diretamente ao Ministério ou a partir da regionalização dos editais, iniciada em 2008 junto aos Estados e municípios. (BRASIL, 2010).

A partir da estadualização, o MinC delega às esferas estaduais a responsabilidade de articular a rede de coletivos para a continuidade do Cultura Viva através do Programa Mais Cultura (LIRA, 2011). O processo de estadualização, no entanto, causou apreensões e dúvidas junto aos pontos de cultura antigos sobre sua relação nessa nova esfera de poder e, ainda, sobre como seria sua integração com os novos pontos de cultura.

Muitos dos primeiros conveniados passaram por diversas dificuldades na prestação de contas, no repasse de verbas e na realização de suas atividades, devido a problemas de gestão e dificuldades no gerenciamento dos processos, o que tem gerado discussões complexas no próprio movimento – em reuniões dos grupos e em encontros junto ao MinC e Fundarpe – e mesmo na academia, a partir de dissertações e teses que enfocam a questão da gestão em pontos de cultura e o processo de estadualização dos editais.

Além disso, a partir de 2011, com as mudanças no Ministério no novo governo federal, algumas secretarias mudaram de função. Assim, passou-se a discutir no âmbito dos movimentos populares qual o futuro dos Programas Cultura Viva e Mais Cultura frente à nova gestão e a importância da criação de uma lei específica que garanta a perpetuação dessa ação para além de programas governamentais, garantindo que a política pública dos pontos de cultura seja adotada enquanto política de Estado e não tão-somente política de governos (SILVA; ABREU, 2011).

É importante salientar que algumas instituições que investigam políticas públicas culturais no Brasil, como a Fundação Casa de Rui Barbosa e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), também têm realizado pesquisas no sentido de mapear o trabalho dos pontos de cultura e compreender o impacto do Programa Cultura Viva nas comunidades. Assim, a contribuição dessa política pública poderá ser melhor mensurada com o tempo (CALABRE, 2011; BRASIL, 2010).

Comunicação como questão de cultura: experiências de participação popular da Rede de Pontos de Cultura de Pernambuco

Algo que merece ser observado é a relação entre as políticas de comunicação e de cultura no Brasil. Uma discussão pertinente se refere às diferentes posições tomadas entre as políticas públicas adotadas pelos diversos setores do governo federal, muitas vezes contraditórias entre si.

Um exemplo interessante foi a adoção do padrão da TV Digital³ brasileira, discussão iniciada em 2008 pelo Ministério das Comunicações (MiniCom) e pouco levada a debate público pelo próprio ministério. No entanto, tal padrão já vinha sendo discutido nos setores culturais e um manifesto dos artistas foi entregue nas mãos de Gilberto Gil, então à frente do Ministério da Cultura (MinC). O chamado Cordel⁴ da TV Digital, de autoria da jornalista pernambucana Luciana Rabelo, integrante do coletivo de comunicação comunitária *Ventilador Cultural*, teve grande repercussão na Internet e em todo o Brasil, e foi lido em ato público pelo ministro da cultura, embora tal visibilidade não tenha influenciado a decisão do MiniCom (MELO E SILVA, 2010).

Outra contradição é que, enquanto o MinC incentiva a produção independente dos grupos culturais – inclusive com o Prêmio Ponto de Mídias Livres, que veremos adiante –, o Ministério das Comunicações cerceia a atuação das rádios comunitárias que não têm licença para funcionar⁵. Assim, o que se observa é que muitas vezes os ministérios não dialogam entre si. (TURINO, 2009).

O que ocorre, segundo Peruzzo (2008, p. 157), é que a comunicação desenvolvida de forma democrática por grupos populares costuma ser vista como algo de menor importância no contexto das políticas de comunicação. Assim, o debate acerca da comunicação comunitária no Brasil se restringe a espaços específicos, como o Fórum Nacional pela

³ Para entender o que é TV Digital, ver: <http://www.dtv.org.br/index.php/entenda-a-tv-digital/historia-do-sbtvd/>.

⁴ A chamada literatura de cordel se refere a um tipo de noticiário popular, veiculado em versos escritos e confeccionado artesanalmente, utilizando-se de uma linguagem que se aproxima em muito da oralidade.

⁵ Até 2008, registra-se cerca de 15 mil rádios comunitárias em funcionamento em todo o Brasil. Dessas, apenas três mil, em média, têm licença para funcionar. A lei que regulamenta o seu funcionamento é a 9.612/98, que mais restringe a atuação das mesmas do que fornece condições para o trabalho (PERUZZO, 2010, p.159). De tanto ser criminalizado, o movimento das rádios comunitárias, por meio da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (Abraço), passou a reivindicar o direito à “reforma agrária do ar”, numa analogia à luta pela terra.

Democratização da Comunicação (FNDC) e o Coletivo Intervezes (Coletivo Brasil de Democratização da Comunicação)⁶.

A comunicação dos movimentos sociais também foi pouco contemplada durante a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom)⁷, em 2009, embora as comunidades tenham sido incentivadas a participar das conferências municipais e estaduais.

Tal posição de divergência entre os ministérios pode estar passando por mudanças, pois, desde 2010, o MiniCom passou a adotar políticas de inclusão digital e implantação de telecentros comunitários, a partir do Programa Gesac⁸, além de realizar capacitações para rádios comunitárias, ou seja, as políticas de comunicação começaram a se aproximar dos contextos populares (MINICOM, 2011).

Enquanto o MiniCom aborda a comunicação comunitária de maneira incipiente, o MinC valoriza a integração entre comunicação e cultura nas suas políticas públicas. Entre as iniciativas que convergem ambas as temáticas está o Edital Cine Mais Cultura, que tem como objetivo fomentar a criação de locais de exibição de filmes em municípios que não têm muito acesso à produção audiovisual brasileira, construindo uma rede de formação de platéia em todo o País. Todos os aprovados no edital recebem equipamentos para exibição, kit de filmes da Programadora Brasil⁹ e oficina de capacitação para realizar sessões de cinema semanais (REIS; SANTANA, 2010).

A política pública de cultura também se aproxima da comunicação quando o Programa Cultura Viva traz os meios de difusão e comunicação não como mera divulgação institucional, mas como ferramentas de sensibilização, de mobilização social. Assim, “(...) tal qual os Pontos de Cultura, os meios de comunicação e difusão precisam ser compartilhados com todos os participantes do programa” (TURINO, 2009, p. 105).

⁶ Para entender a participação comunitária nas políticas de comunicação, ver: REBOUÇAS, E. A participação da sociedade civil nos debates da comunicação 20 anos pós-Constituição. In: CABALLERO, F.S., et.al. **Políticas de Comunicação e da Cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social**. São Paulo: Casa das Musas, 2010.

⁷ Entre os princípios fundamentais da I Confecom, destacavam-se: soberania, liberdade de expressão, regionalização, inclusão social, diversidade cultural, convergência tecnológica e questões de gênero. O relatório completo com as resoluções aprovadas está disponível em: http://www.fndc.org.br/arquivos/relatorio_aprovada_completo.pdf.

⁸ O Programa Gesac tem como objetivo promover a inclusão digital em locais de difícil acesso e em comunidades em situação de vulnerabilidade social. A antena permite conexão livre para acesso a Internet. Mais informações em: <http://www.gesac.gov.br>.

⁹ Ligada à Secretaria do Audiovisual, do MinC, e coordenada pela Cinemateca Brasileira, a Programadora Brasil visa ampliar o acesso às produções recentes e aos filmes representativos da produção nacional fora de circulação. A difusão ocorre em espaços não comerciais, como cineclubes, pontos de cultura, centros culturais e escolas. Disponível em: <http://www.programadorabrasil.org.br/a-programadora-brasil/>

Turino (2009) traz a mediação entre Estado e sociedade como essência do ponto de cultura. Ou seja, todo ponto de cultura seria também um ponto de comunicação. O autor explica essa mediação cultural pela comunicação através das rádios livres, blogs independentes, revistas – com as revistas *Ocas*, *Raiz* e *Viração* –, programas em rádios comunitárias e portais de Web, como o coletivo Intervezes, já citado, e a Rede de Índios do Nordeste do Brasil, conhecida como *Celulares Indígenas* ou *Thyedeá*. “Com esta ação, cultura livre e comunicação livre se aproximam e se completam. Só existe comunicação porque há cultura a ser transmitida; só existe cultura porque ela é cultivada no ato de comunicar” (TURINO, 2009, p. 102).

A comunicação nos Pontos de Cultura já está prevista desde a assinatura do convênio, uma vez que, como visto antes, do recurso que a entidade recebe, R\$ 20 mil são destinados para aquisição obrigatória de um kit multimídia que inclui câmeras filmadoras e fotográficas e computador com software livre. Para Célio Turino, idealizador da ação dos Pontos de Cultura, o que se pretende é incentivar o registro das ações pelos próprios envolvidos, numa proposta de comunicação de baixo para cima. O que se observa, muitas vezes, é a dificuldade dos grupos em trabalhar com os equipamentos, pois não há instrumentação técnica nem oficinas formativas para seu uso.

Entretanto, além da utilização do kit multimídia, vários Pontos de Cultura realizam diversas atividades voltadas para a comunicação em suas comunidades, como a exibição de filmes por meio de cineclubes, a produção de programas em rádios comunitárias e oficinas de comunicação voltadas para a comunidade do entorno.

Na busca da articulação de uma rede de difusão cultural, um conjunto de meios para apresentação de experiências e iniciativas dos pontos de cultura já estava previsto desde o início do Programa Cultura Viva. Dentre eles, pode-se citar a Revista *Raiz*, em parceria com uma editora privada; a webradio *Cultura Viva*, gerida pelo Pontão Mapa dos Pontos e cujo programa de rádio podia ser livremente transmitido por rádios comunitárias, públicas e locais; e o *Cultura Ponto a Ponto*, programa televisivo veiculado pela rede pública de televisão¹⁰ que documentou 120 pontos de cultura de todo o Brasil até 2009 (TURINO, 2009, p. 105).

¹⁰ Criada no final de 2007, a TV Brasil é gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), entidade responsável ainda pela Agência Brasil, Radioagência Nacional, TV Brasil Internacional, Rádios MEC AM e FM, além das Rádios Nacional do Rio de Janeiro, AM e FM de Brasília, da Amazônia e do Alto Solimões. A EBC visa suprir uma lacuna no sistema brasileiro de radiodifusão pública, que se distingue das estatais ou governamentais por dispor de um conselho curador na gestão, composto por 15 representantes da sociedade

Uma iniciativa do Programa Cultura Viva que conecta mais diretamente comunicação e cultura é o Ponto de Mídia Livre, que entre 2008 e 2009 buscou contemplar pontos de cultura que trabalhassem, de alguma forma, com *fanzines*¹¹, agências de notícias independentes, jornais comunitários ou outras ações de difusão livre, ou seja, não vinculadas diretamente nem a governos nem a mercados. Assim, de acordo com Turino (2009, p. 102), pela primeira vez no Brasil uma política pública preocupou-se com a comunicação como um direito da cidadania.

Até então, a relação exercida entre governo, comunicação e cultura era de dependência, cooptação ou alinhamento, via incentivos fiscais ou subsídios diversos. Agora, o ponto de cultura passa a ser compreendido também em sua dimensão comunicativa, com a comunicação vista como forma de expressão legítima dos diferentes grupos sociais, como direito humano básico, indissociável da cultura (TURINO, 2009, p. 193).

Pontos de Mídia Livre são projetos de comunicação compartilhada e participativa. Com a iniciativa, o MinC visa valorizar a comunicação mais alternativa, para além do eixo mercadológico. Segundo Turino (2009, p. 102), “com o Ponto de Mídia Livre, a comunicação é tratada como um bem essencial para a cidadania e cabe financiar essa comunicação livre e autônoma via recursos pulverizados e diretos, via pessoas e Estado (como meio de redistribuição de recursos sociais)”.

Em Pernambuco, foram contemplados pelo prêmio os seguintes Pontos de Cultura: *Coco de Umbigada*, *Cine Anima*, *Cais do Parto*, *Surdas Vozes Visuais*, *Negras Raízes* (Centro Maria da Conceição) e *Estrela de Ouro*, sendo que apenas o último fica localizado no Interior. Todos esses grupos trabalham com comunicação em âmbito local ou regional (FUNDARPE, 2010).

Outra iniciativa, com edital surgido em 2010 e capacitações iniciadas em 2011 é o Laboratório Cultura Viva (Lab Cultura Viva), um espaço de pesquisa e realização multimídia em TV e Internet que integra a produção dos Pontos de Cultura e a pesquisa universitária.

Assim:

civil, 04 do governo federal, 01 da Câmara dos Deputados, 01 representante do Senado e 01 funcionário da empresa. Pernambuco conta com uma conselheira, representante da sociedade civil. Disponível em <http://tvbrasil.org.br/sobreatv/> e www.ebc.com.br.

¹¹ *Fanzine* é um tipo de publicação artesanal, de baixo custo, geralmente confeccionada por movimentos culturais ou políticos e que teve maior repercussão no Brasil nos anos 1980.

Fruto da experiência dos programas Mosaico, Cultura Ponto a Ponto e Ponto Brasil, o projeto é uma iniciativa da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura em parceria com a Escola de Comunicação da UFRJ de fomentar a produção audiovisual no âmbito do Programa Cultura Viva. Como espaços de troca e reflexão intelectual, de experimentação de interfaces e de criação audiovisual, o Laboratório terá uma plataforma de colaboração criativa na Internet e irá coordenar a produção de uma revista eletrônica para TV e experiências no campo da teledramaturgia, feitas pelos Pontos de Cultura, através de chamadas públicas. O objetivo é promover uma maior interação entre agentes culturais, desenvolvedores, Pontos de Cultura, Universidade e Ministério, visando a potencialização da experimentação audiovisual frente às novas possibilidades de criação, colaboratividade, difusão e compartilhamento¹².

Além dos pontos de cultura de todo o Brasil que têm como objetivo de seus projetos a comunicação, há ainda os pontos e pontões (articuladores regionais de pontos de cultura) que trabalham com cultura digital e, desta maneira, desenvolvem experiências colaborativas na web. Em Pernambuco, é o Pontão de Cultura Digital Centro de Desenvolvimento de Tecnologias Livres (CTDL) que mais se envolve nesse tipo de experimentos, sendo o primeiro pontão de cultura digital do Brasil. Nessa perspectiva de integração entre cultura e Internet, surgiram portais nacionais como o Iteia – portal de conteúdo colaborativo de arte e informação – e, no âmbito estadual, o Portal Pernambuco Nação Cultural, sobre o qual já falamos um pouco no capítulo anterior.

O Projeto Iteia é uma Rede Independente de Cultura e Cidadania, idealizada pela oscip Instituto InterCidadania, de Pernambuco, juntamente com parceiros governamentais e não governamentais e o Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. De acordo com a sua missão, “é um arrojado sistema on-line de gerenciamento, difusão e intercâmbio de conteúdos culturais digitalizados, com amplo suporte tecnológico e integrado com outras

¹² Disponível em: <http://laboratorioculturaviva.pontaodaeco.org>.

redes digitais e não digitais. A idéia é servir de base de interligação com outros projetos com objetivos similares, formando uma Teia de interação cultural na internet”¹³.

Já por meio do Portal Pernambuco Nação Cultural, artistas e grupos artísticos do Estado podem se cadastrar e criar um perfil na rede social, distribuindo vídeos, músicas, fotografias, textos e materiais em diversos formatos, possibilitando a divulgação de suas obras e a comunicação com diferentes públicos e com outros grupos com interesses semelhantes, não só do Estado, mas de todo o País e diversas partes do mundo, conectados pela rede mundial de computadores, via Web 2.0. Os cadastros são aprovados pelos gestores do portal e todos os materiais postados passam por uma triagem, na qual os editores avaliam o conteúdo postado e disponibilizam a sua veiculação na rede.

Interessante observar que ambas as iniciativas de produção de conteúdo colaborativo – tanto em nível nacional quanto estadual – surgiram em Pernambuco, o que mostra uma preocupação dos grupos, produtores culturais e gestores públicos locais com esse tipo de experiência¹⁴.

Embora não previstas inicialmente, outras linhas de comunicação surgiram junto ao Programa Cultura Viva, como o coletivo de comunicação do MST, o cine-jornal, blog e mural do Cuca da UNE e três outros programas televisivos veiculados pela TV Brasil e retransmitido pelas TVs públicas locais. São eles: o *Amálgama Brasil*, produzido numa experimentação audiovisual entre o multiartista Jorge Mautner e vários pontos de cultura de todo o País; o *Cidades Invisíveis*, que surgiu numa iniciativa da Rede Minas, TV pública do Estado de Minas Gerais; e o *Ponto Brasil*, experiência que envolveu 100 pontos de cultura na produção de conteúdos, construção de roteiros originais, pesquisa e formação técnica, num trabalho em conjunto com a TV Brasil (TURINO, 2009).

Observa-se que tais iniciativas aproximaram, embora ainda de maneira incipiente, as políticas públicas de cultura e de comunicação, envolvendo, além da TV pública nacional, televisões estaduais, educativas e universitárias nessa produção cultural regionalizada. No Estado de Pernambuco, em 2008, ressalta-se que o *Ponto Brasil* envolveu, na produção dos programas temáticos, os pontos de cultura Negras Raízes, Coco de Umbigada, Pontão de Cultura Digital e Ação Cultural, sendo este último o único de fora da Região Metropolitana

¹³ Disponível em: <http://www.iteia.org.br/projeto.php>.

¹⁴ Os portais também funcionam a partir do Projeto *creative commons* de direitos autorais, que disponibiliza licenças flexíveis para obras intelectuais. Ver: <http://www.creativecommons.org.br/>

do Recife. Esses pontos de cultura, de uma forma ou de outra, já realizavam ações comunicativas em suas localidades, como produção de vídeos e inclusão digital.

Outro destaque estadual foi a realização do programa *Cultura no Ponto*, já citado anteriormente. Realizado em parceria entre a Fundarpe, a TVU e o Pontão de Cultura da UFPE, entre 2007 e 2008, o programa contou com quatro edições, abordando, mensalmente, um tema ligado à área cultural. Os pontos de cultura do Estado participavam não só enquanto geradores de conteúdos para as reportagens, mas nas etapas de produção, apresentação, edição e reportagem¹⁵.

Participavam da equipe técnica do programa *Cultura no Ponto* representantes dos pontos de cultura Ação Cultural, Quartas Literárias, Quilombo Cultural, Cuca da UNE e Canal Capibaribe, todos com pouca experiência profissional na área, mas já envolvidos anteriormente, de uma forma ou de outra, com comunicação. Eram, em sua maioria, atores de teatro, poetas, comunicadores populares ou técnicos em audiovisual. Enquanto representante do Ponto Ação Cultural, tivemos a oportunidade de participar dessas duas iniciativas audiovisuais no Estado.

Além da política de comunicação cultural do MinC e do fato de o Programa Cultura Viva prever a ampliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação, é importante notar que muitos pontos de cultura de Pernambuco já têm como foco de seus projetos o trabalho em comunicação. Entre eles, pode-se citar o Cinema de Animação (Igarassu), que envolve jovens na produção cinematográfica; o Canal Capibaribe (Recife), primeira TV Comunitária do Nordeste do Brasil¹⁶, e o Vídeo nas Aldeias (Olinda), que forma jovens indígenas em todo o Brasil para realização de filmes independentes sobre seu cotidiano¹⁷. Esses pontos integram também o GT de Audiovisual do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura.

Outro ponto de cultura que atua na perspectiva da comunicação é o Centro de Mulheres do Cabo, do Cabo de Santo Agostinho, na Mata Sul, que desenvolve ações de formação de

¹⁵ As informações aqui colocadas vêm da própria experiência da autora, que participou da iniciativa.

¹⁶ As TVs comunitárias no Brasil só passaram a ter licença para operar nos anos 1990, a partir da lei de TV a cabo (8.977/95), que garante a obrigatoriedade das operadoras liberarem seis canais de uso gratuito, sendo um deles comunitário. Hoje são 80 TVs comunitárias legalizadas e em funcionamento em nível municipal, em todo o Brasil. Antes dessa concessão, o que havia eram TVs de rua, com gravações e projeções comunitárias (PERUZZO, 2008, p. 157-160). Uma das TVs de rua mais antigas do Brasil é a TV Viva, criada nos anos 1980, em Olinda-PE, e que circulava pelas comunidades exibindo conteúdos populares. Em 2009, a TV Pernambuco, TV pública do Estado, resgatou a iniciativa da TV de rua com um programa planejado nos mesmos moldes, embora exibido via canal de TV aberta. Trata-se do Programa Pé na Rua.

¹⁷ No projeto, cineastas indígenas produzem documentários e filmes de ficção falados em línguas como kaxinawá, kuikuro, huni-kuni e ashaninka. Todos os filmes de curta, média e longas-metragens são escritos, dirigidos e encenados pelos índios (SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURA VIVA, 2009, p. 27).

comunicadores populares em rádio. Todos esses pontos de cultura citados acima foram vinculados diretamente ao MinC na primeira fase do programa.

Vários dos pontos de cultura vinculados à Fundarpe a partir de 2008 realizam ações voltadas ao cineclubismo, produção de vídeos-documentários e, ainda, realizam festivais de cinema regionais para escoar a produção cultural local, especialmente fora dos grandes centros urbanos e mesmo em municípios mais distantes da Região Metropolitana do Recife, especialmente na Zona da Mata, mas também, nos rincões sertanejos, como detalharemos na seqüência. Tal prática aponta para um envolvimento ainda maior desses pontos de cultura com suas regiões de origem, integrando municípios do entorno que são, em geral, muito próximos um do outro. Vale salientar que na maioria dos municípios do Interior do Estado não há cinema, atividades de cine-escola ou mesmo projetos de cinema itinerante na região¹⁸.

Embora não caiba aprofundar nesta discussão, vale ressaltar que a regionalização da mídia também é pouco freqüente no contexto brasileiro. Sendo assim, demonstra ser de suma importância essa produção das culturas populares, como forma a se ver identificado e representado na mídia. Rubim (2010b, p. 228) salienta que:

A regionalização da produção da televisão no Brasil, prevista na constituição de 1988 e até hoje sintomaticamente não regulamentada, deve ser lembrada como um ótimo exemplo de uma regionalização que pode estar a favor da diversidade cultural no Brasil porque as ricas culturas regionais brasileiras (...), hoje excluídas do circuito cultural midiático, passariam, com a regionalização, a ter acesso à mídia e, em consequência, teriam sua produção e reprodução ampliadas (RUBIM, 2010b, p.225).

Uma das poucas iniciativas de regionalização da mídia no País vem mais uma vez a partir do MinC/Secretaria do Audiovisual, com o edital *Revelando os Brasis*, uma política de “democratização da produção do audiovisual e formação de receptores críticos da mídia”. O edital público se dirige a moradores de municípios brasileiros de até 20 mil habitantes – ou seja, municípios predominantemente rurais – que enviam uma história real ou ficcional. Se aprovado, o participante passa por oficinas de formação em roteiro, direção, produção, fotografia, câmera, som, edição, direção de arte, mobilização popular e direitos autorais (BRASIL, 2011).

¹⁸ De acordo com o jornal Folha de São Paulo, em reportagem publicada em 1º de outubro de 2011, o País tem, atualmente, 2.225 salas de cinema, sendo cerca de 1/3 delas concentrado no Estado de São Paulo (FOLHA DE SÃO PAULO, 2011). Além disso, dados sobre a gestão cultural dos municípios brasileiros, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) por meio do Munic/Cultura (Perfil de Informações Básicas Municipais), em 2006, informam que 17,5% da população no Brasil têm acesso a apenas 3,7% das salas de cinema (BARROS; ZIVIANI, 2009).

De acordo com o fomento *Revelando Brasis*, são produzidos vídeos digitais de 15 minutos e a exibição percorre um circuito itinerante que passa pelos municípios selecionados, bibliotecas, escolas, mostras, festivais e pontos de cultura. Além disso, uma parceria com o Canal Futura, com a TV Brasil e com a Riofilme¹⁹ permite a veiculação do programa como série de televisão²⁰. Até 2010, foram quatro edições do concurso e 120 municípios percorridos no Interior do Brasil²¹. (BRASIL, 2011).

Reitera-se que “a criação de canais de comunicação se insere num contexto mais amplo de *mobilização social*, ou seja, *da constituição de articulações coletivas com vistas à transformação social*. As formas emancipatórias de articulação popular têm na informação e na comunicação seus pilares para a geração de conhecimento, e também a maneira de comunicá-lo” (PERUZZO, 2010, p. 214).

Alguns Pontos de Cultura aprovados nos editais da Fundarpe e localizados no Interior do Estado realizam um trabalho integrado de comunicação e cultura, com enfoque nas identidades rurais. Pode-se citar: a *Rádio Alternativa FM*, ligada à Associação de Mulheres de Nazaré da Mata, que enfatiza a identidade da mulher trabalhadora rural; a *Rádio Resistência*, em Pesqueira, no Agreste, rádio indígena localizada em território Xukuru e cuja programação é toda executada pelos jovens da Aldeia Cimbres; o Projeto *Nas Ondas do Rádio*, da rádio comunitária Feira Nova FM, no Agreste; e o *Projeto Seu Zé*, em Glória do Goitá, na Mata Norte, que produz vídeos das culturas populares e realiza oficinas de audiovisual em escolas públicas urbanas e rurais.

Destacam-se ainda o trabalho de dois pontos de cultura que atuam na perspectiva de valorização da cultural local e inclusão audiovisual no Sertão de Pernambuco. São eles: o Ponto de Cultura Sertão Itaparica Mundo, que realiza suas atividades no município de Floresta, na microrregião do Sertão de Itaparica, e o *Cine Raiz*, em Petrolina, no sertão de São Francisco, ambos aprovados no edital da Fundarpe em 2008.

Com o Ponto de Cultura Cine Raiz, a Associação Cultural Artística e Social Raízes amplia as ações que já desenvolve, como exposições gratuitas de filmes nacionais, mediante parceria com a Programadora Brasil e oficinas de produção de curtas-metragens. O projeto

¹⁹ A RioFilme é uma empresa da Prefeitura do Rio de Janeiro vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, que atua nas áreas de distribuição, apoio à expansão do mercado exibidor, estímulo à formação de público e fomento à produção audiovisual. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/riofilme>.

²⁰ Para mais informações, consultar: <http://www.revelandoosbrasis.com.br/>

²¹ Pernambuco foi contemplado pela iniciativa nas quatro edições. Participaram os seguintes municípios rurais: Carnaubeira da Penha (2004), Serrita, Venturosa e Frei Miguelinho (2006), Casinhas e Iati (2008) Correntes e Tracunhaém (2010). Disponível em: <http://www.revelandoosbrasis.com.br/>.

instiga a comunidade a se auto-registrar em vídeo, ressaltando sua cultura e seu modo de ver o mundo, produção que é escoada durante o período do *Festival Nacional de Curtas-Metragens do Vale do São Francisco – Vale Curtas* (FUNDARPE, 2010).

Essas ações interligadas resultam em produtos audiovisuais exibidos na própria comunidade e durante o Festival Raiz e Remix – A Festa da Cultura Popular e suas Releituras. O evento prioriza a cultura pernambucana, na Tenda Cinematográfica, onde já são exibidos filmes oriundos de ações sociais e culturais, com destaque para as raízes sertanejas. É o primeiro ponto de cultura audiovisual do sertão pernambucano, de acordo com o próprio projeto de convênio e, entre outras oficinas, já ofereceu oficina de Iniciação ao Documentário de curtas-metragens para jovens (FUNDARPE, 2010).

Já o Ponto de Cultura Sertão Itaparica Mundo, além do trabalho de formação, pesquisa, divulgação e intercâmbio entre artistas e grupos de várias partes do Brasil, desenvolve duas ações audiovisuais de grande porte. Uma delas é o Cineclube Florestano, que envolve cinco escolas públicas da região num trabalho socioeducativo mensal, exibindo produções pernambucanas, nordestinas ou brasileiras que tenham como temática a realidade rural brasileira. A outra é a *Mostra Nacional Curta Sertão*, que está na segunda edição em 2011 e seleciona, exhibe e premia, simbolicamente, filmes e vídeos de curta-metragem de todo o Brasil. A mostra acontece não só em Floresta, sede do Ponto de Cultura, mas também circula em outros municípios da região, como Belém de São Francisco e Tacaratu (SERTÃO ITAPARICA MUNDO, 2011).

Além disso, o Sertão Itaparica Mundo iniciou em 2011 uma série de oficinas ligadas à captação de áudio de campo para o audiovisual, cineclubismo, operação de rádio livre/comunitária, entre outras, voltadas determinadamente para comunicação (SERTÃO ITAPARICA MUNDO, 2011).

À Guisa de Conclusão

Essas experiências de comunicação, expostas acima, parecem revelar um envolvimento dos grupos populares nas políticas públicas de cultura de Pernambuco, aproximando-se da perspectiva da participação popular e comunitária proposta pelas teorias. Algo que precisa ser debatido, no entanto, é até que ponto essa participação traz, de fato, desenvolvimento, em longo prazo, para as pessoas e localidades envolvidas. Neste sentido, uma discussão pertinente é sobre a continuidade das políticas governamentais, que precisam ser incorporadas como políticas públicas e geridas como tais, independentemente das gestões partidárias.

Outro ponto a ser destacado é que tais ações, especialmente as ligadas a festivais em regiões onde não há equipamentos culturais, apontam não só para a articulação de redes locais que visam à construção de um desenvolvimento local possível, mas também à formação de platéia nas comunidades, à leitura crítica dos meios de comunicação – especialmente, em relação à produção cinematográfica – e à inclusão audiovisual, muitas vezes, na perspectiva de formação de jovens na área de comunicação.

A pesquisa identificou, ainda, que o trabalho de participação e comunicação realizado pela maioria dos pontos de cultura citados se fortalece graças às parcerias conquistadas e a um trabalho consistente que vem sendo realizado pelos grupos ao longo dos anos, muito antes e independentemente da aprovação do projeto do Ponto de Cultura. O conveniamento, entretanto, é importante para afirmar e mesmo consolidar o papel estratégico dos grupos culturais, tanto no reconhecimento de seus pares (outros movimentos culturais regionais e novos pontos de cultura), quanto das comunidades.

Com a aprovação da Lei da Cultura Viva, em 2014, o incentivo a grupos culturais locais passa a ser, efetivamente, reconhecido enquanto política pública. Sua implementação, na prática, precisa ser analisada a partir de então, possibilitando a geração de estudos futuros, na área.

Referências

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**: Diretrizes gerais. 2. ed. Brasília: MinC, 2008

_____. **Fomento Revelando Brasis**. Brasília: Minc, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/audiovisual/fomento-ao-audiovisual/revelando-os-brasis/>. Acesso em 10 de outubro de 2011

_____. **Programa Cultura Viva**. Brasília: Minc, 2011. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>. Acesso em 10 de agosto de 2011

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Programas e Projetos**. Brasília: Minicom, 2011. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/programas-e-projetos>. Acesso em 12 de outubro de 2011

CABALLERO, F.S. Ciudadanía, comunicación y gobernanza local: consideraciones para una nueva política de lo común. In: CABALLERO, F.S. et al (Orgs.). **Políticas de Comunicação e da Cultura**: contribuições acadêmicas e intervenção social. São Paulo: Casa das Musas, 2008

CALABRE, L. Questões sobre avaliação de políticas públicas de cultura: o caso do Programa Cultura Viva. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 7., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011

ESCUADERO, M.C. Comunicación para el empoderamiento y comunicación ecosocial: La necesaria creación de nuevos imaginários, retos para un nuevo periodismo. In: CABALLERO, F.S., et al. (Orgs.). **Políticas de Comunicação e da Cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social.** São Paulo: Casa das Musas, 2008

FUNDARPE. **Fomento Funcultura.** Disponível em: http://www.fundarpe.pe.gov.br/fomento_funcultura_destaque.php. Acesso em 18 de setembro de 2011

_____. **Nação Cultural: calendário...** Disponível em: <http://www.nacaocultural.pe.gov.br/calendario-festival-pernambuco-nacao-cultural/>. Acesso em 15 de junho de 2011

_____. **Nação Cultural (Notícia).** Disponível em: <http://www.nacaocultural.pe.gov.br/pernambuco-marca-preseca-na-ii-conferencia-nacional-de-cultura?pagina=2>. Acesso em 21 de setembro de 2011

_____. **Plano de Gestão Pernambuco Nação Cultural (2007-2010).** Recife: Fundarpe, 2010

_____. **Política cultural.** Disponível em: <http://www.fundarpe.pe.gov.br/politicacultural.php>. Acesso em 31 de maio de 2010

REIS, M. F.; SANTANA, R. M. Pontos de Cultura de Pernambuco: fragilidades, parcerias e oportunidades. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais: Teorias e Práxis, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010

RUBIM, A. A. Políticas culturais, diversidade cultural e realidades regionais. In: CABALLERO, F.S., et al (Orgs.). **Políticas de Comunicação e da Cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social.** São Paulo: Casa das Musas, 2010b

SILVA, F. A. B., ABREU, L. E. (Orgs.). **As Políticas Públicas e suas Narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura.** Brasília: IPEA, 2011

TURINO, C. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo pra cima.** São Paulo: Anita Garibaldi, 2009